



PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

LEI N.º 5.115 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.
"DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE AGUDOS,
PARA O PERÍODO DE 2018 A 2021".

ALTAIR FRANCISCO SILVA, Prefeito do Município de Agudos, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica instituído o Plano Plurianual do Governo do Município de Agudos, Estado de São Paulo, para o período de 2018 a 2021, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 1º, da Constituição da República.

Artigo 2º. O Plano Plurianual foi elaborado observando as seguintes diretrizes para a ação do Governo Municipal:

I - garantir a implantação de políticas de inclusão social;

II - promover o desenvolvimento econômico sustentável;

III - criar espaço para a participação popular;

IV - desenvolver modelo de gestão pública eficiente e democrática.

Artigo 3º. A relação de fontes de financiamento no quadriênio 2018 a 2021 constam do Anexo I; no Anexo II constam as descrições dos programas governamentais/metascustos; no Anexo III constam as unidades executoras e ações voltadas ao desenvolvimento do programa governamental e no Anexo IV a estrutura de Órgãos, Unidades Orçamentárias e Unidades Executoras.

Parágrafo Único. Para fins desta Lei, considera-se:

I - **programa**, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, classificados em:

a) **finalístico**: resulta em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade;

b) **de apoio administrativo**: engloba ações voltadas à manutenção e ao aprimoramento da máquina administrativa.



PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

II - objetivo, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

III - justificativas, a motivação para implantação do programa governamental;

IV - metas, os objetivos quantificados em termos de produtos e resultados a alcançar;

V - unidade de medida, fatores que permitem a mensuração e quantificação dos produtos;

VI - ações, conjunto de procedimentos e trabalhos voltados ao desenvolvimento dos programas governamentais, podendo ser subdivididos em projeto, atividade e operações especiais:

a) **projeto**: são instrumentos de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, e das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

b) **atividade**: são instrumentos de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto que concorre para a manutenção da ação do governo;

c) **operações especiais**: resulta em despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gerem contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Artigo 4º. A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária, com indicação da fonte de recursos, sendo que o montante das despesas não deverá ultrapassar a previsão das receitas.

Artigo 5º. A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, ou a inclusão de novos programas, serão propostas pelo Poder Executivo por meio de Projeto de Lei específico.

Parágrafo Único. Fica o Poder Executivo autorizado a introduzir modificações no presente Plano Plurianual, no que diz respeito às ações e metas programadas para o período abrangido, exclusivamente nos casos em que tais modificações não envolvam aumento na demanda por recursos orçamentários.



PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

Artigo 6º. O Poder Executivo fará a avaliação contínua do cumprimento dos programas governamentais propiciando os informes necessários para a divulgação e transparência da gestão fiscal, obrigatória em face das disposições contidas no parágrafo 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, especificando que, na fase de execução do orçamento, a Administração, em audiências públicas nos meses de maio, setembro e fevereiro, demonstrará quadrimestralmente à sociedade o efetivo cumprimento das metas fiscais, ou justificará os desvios ocorridos, apontando os ajustes necessários.

Artigo 7º. O Poder Executivo poderá alterar as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Artigo 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 01 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Agudos, 11 de dezembro de 2017.

ALTAIR FRANCISCO SILVA
Prefeito Municipal

Publicado em data de 13/12/2019

Pág. 02 Jornal D.O.